

Astrid Schäfers

*Reforma agrária e economia solidária:  
o caso da usina Catende*

**Introdução**

O conceito de autogestão se refere a dois aspectos: a autogestão da sociedade como forma de direção participativa na política, na economia e nas demais instituições sociais e, por outro lado, a autogestão no local do trabalho, incluindo o universo da produção, sua administração, os processos decisórios e as relações laborais. Não são poucas as tentativas, ao longo da história, de organizar atividades econômicas de forma democrática e igualitária em empresas autogestionárias. Diz-se que uma empresa é autogestionária quando seus trabalhadores são os sócios sem outros vínculos de trabalho ou de investimento. A autogestão constitui uma forma específica de democracia industrial distinta de sistemas de participação, seja acionária, seja nos lucros de empresa (Singer, 2003: 16).

---

Astrid Schäfers é doutoranda em ciências políticas na *Freie Universität* de Berlim (astridschafers@gmail.com).

Este texto apresenta algumas reflexões a propósito de nossa experiência investigativa na usina Catende, em Pernambuco. A pesquisa partiu da hipótese geral de que uma empresa de autogestão pode gerar processos democráticos. Durante o trabalho empírico, procurou-se averiguar em que condições a autogestão dá origem a formas de participação ampla, de criação de espaços de autonomia que fortalecem a comunidade e promovem o desenvolvimento regional. Foi analisada a influência das condições da vida material, da cultura e da organização de trabalho, do regime de propriedade e do nível de educação dos trabalhadores na experiência autogestionária. Ainda foi investigado até que ponto o processo de autogestão promove a própria educação e especialmente a emancipação política dos trabalhadores e de suas famílias.

Cooperativas e outros empreendimentos autogestionários renascem na Europa e na América Latina como resultado do crescente desemprego que se intensifica nos anos 1990 com a liberalização do comércio internacional e com o afastamento do Estado do mundo produtivo. No Brasil, tem crescido o número das empresas autogestionárias nos últimos 20 anos, principalmente a partir da abertura do mercado brasileiro aos produtos estrangeiros e da conseguinte reestruturação produtiva. Mais de 3 milhões de trabalhadores perderam os seus empregos na segunda metade da década de 1990 (Mattoso, 1999: 6). Incapazes de competir com os baixos preços dos produtos que entraram no Brasil em grande quantidade, numerosas empresas brasileiras faliram. Muitos desempregados que não conseguiram voltar ao mercado de trabalho formal se juntaram para organizar a produção ou a comercialização de um bem ou viabilizar crédito de forma coletiva. A partir da recuperação de empresas falidas por parte dos trabalhadores, desenvolveu-se um novo tipo de cooperativismo. Os trabalhadores se organizaram em comissões de fábrica e passaram a gerir a massa falida e transformá-la em cooperativas com o apoio de sindicatos e outras organizações que surgiram tentando criar formas organizativas que mantivessem os postos de trabalho como, por exemplo, a

ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão). Desse modo emerge um cooperativismo chamado de *novo cooperativismo* ou *cooperativismo autêntico* que tende a se diferenciar do velho cooperativismo da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), como se sabe, orientado à busca de eficiência econômica.

A Constituição de 1988 garantiu autonomia aos empreendimentos cooperativos frente ao Estado. Esse tipo de retirada da interferência estatal do cooperativismo, conjugado com a crise da reestruturação produtiva e os altos índices de desemprego já referidos, constituía uma situação na qual se organizaram diversos atores da sociedade civil que começaram a ver nas cooperativas possibilidades de geração de trabalho e renda. O número de cooperativas registradas na OCB passou, entre 1990 e 2002, de 3.700 a 7.800 (OCB, 2005). Entre 1990 e 2001, o número de cooperativas registradas no Departamento Nacional de Registro Comercial (DNRC) aumentou de 4.666 para 20.579 (Pires e Lins, 2004: 39). Isso corresponde a um crescimento de 331%. Essa expansão acelerada de cooperativas pode, assim, ser atribuída a dois fatores: por um lado, ao crescimento do desemprego e, por outro, à reativação de movimentos sociais que querem alterar a distribuição de poder dentro de um sistema político marcado por profunda desigualdade. Esses movimentos aspiram desenvolver modelos alternativos de organização social e econômica. O Movimento de Economia Solidária se constituiu basicamente no Fórum Social Mundial, no ano 2001, em Porto Alegre. Os elementos fundamentais que dão razão de ser à economia solidária são a ausência de um Estado de Bem-Estar que recolha os desempregados e o aumento dos excluídos na sociedade. O Movimento de Economia Solidária está composto pelos chamados empreendimentos de economia solidária promovidos por entidades como sindicatos, ONGS, unidades universitárias (incubadoras), instituições públicas, como a Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária) do Ministério de Trabalho que também o apóia. As cooperativas ligadas a esse movimen-

to buscam organizar trabalho, produção, comercialização e crédito de forma coletiva, democrática e igualitária, assegurando liberdade individual e educação aos seus partícipes. Sublinhe-se que um dos objetivos mais difíceis de serem concretizados é a criação de condições de igualdade.

Um momento crucial para a reinvenção do cooperativismo rural foi o final dos anos 1990, época em que grupos de pequenos agricultores passaram a se auto-identificar como agricultores familiares. Eles realçavam em suas vidas produtivas não mais o tamanho das propriedades, mas o tipo prioritário de relações de trabalho com o qual se envolviam (Abramovay, 2003). Passaram a fazer reivindicações às políticas públicas que estavam disponíveis desde que foram criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a Secretaria de Agricultura Familiar no Ministério do Desenvolvimento Agrário (Esteves, 2004: 8). Nesse tempo diversos movimentos dos agricultores familiares incentivaram o beneficiamento da produção e organizaram pequenas e médias associações e cooperativas agroindustriais seguindo o exemplo do sistema de cooperação agrícola que o Movimento dos Sem-Terra (MST) havia constituído por meio da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) (Ferreira, 2003).

### **O método investigativo**

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram usados entrevistas e o método da observação participante. O papel de observador passivo foi visto como inadequado uma vez que, segundo Johoda, Deutsch e Cook, ocorrem muitas situações nas quais “o observador é percebido como forasteiro que incomoda se não exerce uma função que pareça útil aos membros da comunidade” (1967: 89).

A observação participante incluiu encontros e discussões tanto dentro da cooperativa como na usina e nos engenhos. Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os operários e

os trabalhadores assalariados, assim como com os agricultores familiares. No caso dos operários, aplicou-se um questionário no qual se perguntava sobre a satisfação com o trabalho, sobre a forma das decisões relativas à organização da produção, salários e investimentos e sobre quem as tomava. Foram feitas ainda entrevistas com membros do conselho gestor, o síndico da massa falida e representantes dos sindicatos e do Incra.

### **Autogestão, democracia e igualdade**

Antes de seguir com os resultados da pesquisa, cabe fazer algumas referências conceituais. Segundo sua doutrina, a empresa autogestionária se caracteriza, principalmente, por três qualidades. Em primeiro lugar, pela socialização dos meios de produção, pressupondo a substituição da propriedade privada por um tipo de *propriedade social*. Em segundo lugar, pelo que seria a socialização do poder decisório por meio de um sistema de democracia direta, isto é, a *participação de todos* na formação de uma vontade ou um objetivo coletivo e no exercício de poder (Nascimento, 2005: 6). Por último, e isto é o mais difícil, a autogestão se realiza por meio de mudanças nas relações intersubjetivas necessárias à solidariedade. Isso requer uma revolução do cotidiano. A realização dessas qualidades constitui o tipo ideal da autogestão. Por que é tão difícil alcançar essas qualidades? É questionável, por exemplo, se realmente todos, além do trabalho, querem participar da tomada de decisões.

Por outro lado, o conceito da autogestão aspira igualar a distribuição de poder dentro da empresa, de modo que o trabalhador participe, como qualquer outro funcionário da empresa, do processo decisório sobre a organização do trabalho, o montante dos salários e os investimentos. Nesse sentido, “autogestão” quer dizer “gestão democrática”. Geralmente, o termo “democracia” alude ao sistema político. Se aspiramos uma organização democrática do sistema político, por que então o sistema econômico poderia escapar

a normas democráticas? Mesmo se conhecemos a definição etimológica de “democracia” (grego: *demos* = povo, *kratein* = dominar), com o decorrer do tempo, a compreensão desse “domínio do povo” tornou-se mais polissêmica. Essa compreensão vai além da expectativa de que a soberania seja do povo e que o poder se exerça no interesse do próprio povo, conquanto os membros de sociedades modernas esperam de uma democracia mais que meras eleições. Eles aspiram que o governo possibilite a auto-realização no trabalho e a diminuição de desigualdades sociais. Robert Dahl considera o conceito de democracia como um estado ideal. A aproximação a esse estado e a sua construção institucional ele o chama *poliarquia*. A poliarquia significa uma função do consenso sobre oito normas que se referem à participação igualitária de todos os membros da organização (princípio *one person one vote*) e à transparência no processo de tomada de decisões (Dahl, 1989: 67).<sup>1</sup> Além disso, Dahl parte de uma proposição da teoria madisoniana que diz que “na ausência de controles externos, qualquer dado indivíduo, ou grupo de indivíduos, tiranizará os demais” (idem: 14).

A democracia como conceito alusivo à organização no local do trabalho possui um significado próximo ao de uma forma de democracia direta. O socialista utópico Pierre-Joseph Proudhon defendia tal sistema constituído pela coletividade dos operários à qual chamava de *força coletiva*:

A democracia industrial é a máxima realização dessa força coletiva, exatamente no sentido de que ela envolve não apenas uma multidão de trabalhadores, mas uma comunidade organizada em cada unidade de trabalho, que expressa o revigoramento das autonomias e a superação do isolamento. A retomada do *poder social imanente* de modo descentralizado realiza em alto grau a liberdade dos produtores, no sentido do que chamamos hoje de autogestão, em oposição à heterogestão (Resende e Passeti, 1986: 26).

A organização e a realização de uma democracia direta parecem ser tanto mais difíceis quanto maior o número de pessoas envolvidas. Numa cooperativa muito grande pode, portanto, ser necessá-

rio constituir órgãos que representem os cooperados, como, por exemplo, um conselho de administração eleito pelos trabalhadores. Se todas as decisões forem tomadas com base na aprovação de todos, uma empresa maior será incapaz de operar de forma adequada e com a rapidez que exige o mercado capitalista. Por essa razão, observa-se um sistema democrático representativo em muitas cooperativas de produção da Economia Solidária.

Mas voltemos a uma questão mais geral, pensando na organização democrática de uma empresa: por que a participação na gestão de sua empresa poderia interessar a um operário? Segundo Joyeux, tal participação só interessa ao operário se ela transforma suas condições de existência: “Gerir uma empresa em comum, enquanto esta conserva suas estruturas de classe, consistiria para os operários gerir sua própria miséria, sua própria exploração” (Joyeux, 1988: 14). O que confere à empresa suas estruturas de classe são as diferenças de remuneração, a manutenção de autoridades que excedem o quadro da tarefa a realizar, a repartição de lucro da empresa, a distribuição de uma mais-valia que o trabalho de todos criou, assim como a propriedade da empresa. O objetivo dos socialistas utópicos era a abolição de todos os privilégios de classe no seio da empresa. Portanto, somente deveria existir uma única classe diferenciada pela natureza de uma tarefa a realizar, avaliada de modo igualitário sob todos os planos: econômico, social e moral. Todos são operários manuais ou intelectuais, como haviam reivindicado os grandes congressos da organização operária antes e depois da Comuna (idem).<sup>2</sup> Os socialistas utópicos Robert Owen, Charles Fourier e Pierre-Joseph Proudhon partem da hipótese de que igualdade só pode ser alcançada pela associação dos operários: “Quando os trabalhadores são associados, eles são iguais...” (Proudhon, 1924: 96). Segundo esses socialistas, a desigualdade “natural” era conseqüência da diferença de talentos e capacidades do homem. Essa desigualdade somente poderia ser superada se todos os trabalhadores fossem pagos de forma igual, independentemente do seu produto de trabalho (ibid.: 95-96). Isso também é

uma exigência difícil de realizar em qualquer sociedade porque, se todos ganham igual, independentemente do produto de seu trabalho, o estímulo para trabalhar torna-se muito pequeno. Quanto à realização do princípio da igualdade, cujo objetivo consiste em criar condições igualitárias de vida e, assim, iguais chances de participação na tomada de decisões, numa empresa na qual produção e trabalho são organizados de forma democrática deveria existir um limite para o distanciamento entre os salários, sobretudo diferenciando a distância entre trabalho manual e trabalho intelectual.

### **A criação do projeto Catende Harmonia**

O projeto coletivo Catende Harmonia surgiu no auge da crise da agroindústria canavieira, no início dos anos 1990 em Pernambuco. Desde o começo do século XX, os donos das usinas, chamados “barões do açúcar”, foram subvencionados com recursos públicos. Criado em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) subvencionava os usineiros devido à sua influência na capital Brasília e ao “atraso econômico do Nordeste”. Quando o cenário mudou e o governo Fernando Collor fechou o IAA, em 1994, acelerou-se a situação de insolvência da atividade açucareira. A má gerência – até então embutida nos mecanismos oficiais de apoio – ficou à mostra, exibindo a incompetência empresarial de um setor da economia nordestina que sempre se vangloriou de representar o processo de modernização industrial na região (ANTEAG-Projeto Catende Harmonia, 2005: 4). O quadro piorou ainda mais a partir da introdução de padrões técnicos avançados sob a égide dos financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e dos incentivos fiscais administrados pela Sudene. Mesmo em crise, o setor se prevaleceu da força política remanescente para usufruir benefícios oriundos de políticas enviesadas engendradas nos circuitos do poder.

A crise estrutural da economia açucareira, no Nordeste dos anos 1980, e a liquidação do IAA haviam levado muitas usinas à insol-

vência e à desativação, sendo os seus trabalhadores demitidos em massa. Para os trabalhadores da Usina Catende, a crise sucroalcooleira dos anos 1990 significou exclusão social, desemprego, expulsão de suas moradias e destruição dos seus próprios sítios. Como ocorrera com outras empresas que haviam falido no estado, esse era o cenário da morte anunciada. A mobilização sindical na Usina Catende começou quando os proprietários demitiram 2.300 trabalhadores rurais entre os meses de agosto e setembro de 1993 e se recusaram a pagar os seus salários e direitos. Quando foram demitidos, os trabalhadores já não vinham recebendo sua remuneração há meses. O sindicato pediu uma indenização, a qual foi recusada pelos usineiros, que argumentavam terem dinheiro e que a situação econômica não permitia o dispêndio.<sup>3</sup>

No final do ano de 1994, o quadro de insolvência da usina se agravou. Em plena safra, o pagamento dos salários e do décimo terceiro salário foi suspenso. Nesse momento, os trabalhadores demitidos se uniram aos trabalhadores ainda na ativa, no campo e na indústria, e realizaram a maior das greves ocorrida até então que durou cerca de 19 dias. Muitos deles hesitaram em participar da mobilização. Um artigo de um diário do Recife incitou-os, numa página de “coluna social”, a participar da greve. Ilustrado com fotos, o artigo relatava, de forma detalhada, uma festa de Ano-Novo num dos hotéis mais caros de Recife. Uma fotografia mostrava o dono da usina Catende entre os convidados da festa tomando champanhe. “Este artigo foi a gota que fez o barril transbordar”, lembra Lenivaldo (Eisenberg, 1977). Entre o Natal e o Ano Novo os trabalhadores demitidos quase passaram fome. Nem naqueles dias eles tiveram uma boa comida na mesa.

Quando se sucederam novas demissões, os demitidos, os seus sindicatos e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape) entraram com um pedido de falência da Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro – razão social da usina Catende – na Comarca de Catende. Em reação ao pedido dos trabalhadores, os usineiros requereram autofalência na Comarca do

Recife uma semana depois. Essa medida continha a intenção de fraude que foi neutralizada, em 1995, pela nomeação do Banco do Brasil como síndico da massa falida nas duas comarcas (Anteag-Projeto Catende Harmonia, 2005: 6). Assim nasceu o pedido de falência, articulado pelos 2.300 trabalhadores demitidos sem nenhuma indenização de direitos.

Decretada no ano de 1995, foi a primeira falência judicial de usina nordestina. Rompeu-se, nesse caso, com o costume de serem os usineiros quebrados, eles próprios, os liquidantes de suas empresas falidas, como sucedeu com outras 18 empresas. Estas foram sucataadas, e os credores, públicos e trabalhistas, foram lesados em seus direitos (idem).

As organizações sindicais negociaram com os usineiros, então representados pelo Banco do Brasil, que era o maior credor da massa falida. Junto aos seus sindicatos e às associações de moradores que surgiram nos engenhos como resultado do seu processo de lutas, os trabalhadores definiram consensos prévios com os poderes públicos envolvidos e assumiram a iniciativa de indicar um novo síndico que assumiu no final do ano de 1997. O projeto Catende Harmonia foi articulado por líderes do movimento sindical e da Pastoral da Terra que começaram a administrar a produção de açúcar na usina e nos 48 engenhos a ela pertencentes. Esse projeto se autodefine como:

[...] uma das principais iniciativas autogestionárias em curso no Brasil, integrando o esforço de economia solidária desenvolvido pelos trabalhadores em reação aos efeitos da política neoliberal. Representa a maior reação organizada de trabalhadores num estado no qual, só na década de 1990, 18 outras usinas e destilarias pernambucanas fecharam as portas, em meio a elevados débitos e fraudes às execuções fiscais e trabalhistas (idem).

No projeto Catende Harmonia existem dois tipos de organização laboral: trabalho assalariado e agricultura familiar. Em sua totalidade, o projeto envolve 4.300 famílias, das quais 3.600 estão no campo e 1.200 vivem diretamente do salário. Entre os trabalhadores assalariados da usina Catende, há safristas e fichados: enquan-

to os fichados trabalham o ano todo para a usina (cortando cana durante a safra e limpando os plantios de cana durante o período da entressafra), os safristas são licenciados depois da safra e ficam desempregados. O período de safra começa em outubro e acaba no mês de fevereiro do ano seguinte. Isso significa que os safristas trabalham cinco meses para a usina e permanecem desempregados nos outros sete meses. Muitos fazem bicos e poucos têm um trabalho formal nesse período da entressafra. Como a agricultura se diversifica num processo muito demorado, os plantios de outras culturas ou a piscicultura ainda não têm impacto, ou seja, a renda auferida em outras atividades não é significativa. Em 1995, alguns trabalhadores começaram a plantar a sua própria cana:

Foi uma coisa espontânea a agricultura familiar: primeiro tinham 67 famílias plantando cana, o ano depois foram 400 famílias e o ano depois já eram 1.700 famílias plantando cana. A pessoa que começou a plantar não tinha adubo, aí, a usina começou a emprestar. Isto foi pago de um fundo e quando não tinha suficientemente, já tinha o Pronaf (entrevista: Liberato, 2007).

O direito de plantar significou uma grande liberdade para os trabalhadores uma vez que, sob o regime dos usineiros, o plantio não era permitido.

Pode plantar, pode criar o que você puder e quiser. Outra empresa faz isso não. Só Catende (entrevista: Trabalhador do engenho Catende, 2007).

Os trabalhadores haviam vivido numa situação de submissão e dependência. “Não se troca uma lâmpada queimada; a usina, ‘que tudo sabe e tudo vê’, é quem providencia a troca”, dizia um ditado dos operários da usina Catende. Os trabalhadores rurais eram impedidos de plantar cana:

De vez em quando a gente trabalhava solos muito ruins. A gente tentava plantar para nós escondido. Quando os donos descobriam jogavam fora a cana que a gente tinha plantado. Eles queriam absolutamente nos impedir de plantar ou criar (entrevista: Evanildo, hoje agricultor familiar, 2004).

Com a significativa expansão do acesso à terra entre os trabalhadores-credores em regime de agricultura familiar surgiu a necessidade de organizar o uso individual dos bens coletivos e os compromissos e deveres que os trabalhadores da empresa tinham assumido. Por isso, em 1995, foi criado o programa Cana de Morador, por meio do qual os agricultores familiares se comprometiam a vender a cana para a usina Catende. Inicialmente, a sua implantação envolveu financiamento interno, sem juros e com carência e prazo nos moldes de uma cooperativa de crédito na qual a moeda eram sementes, insumos e terras (Anteag-Proj. 2005: 10). Hoje, 2 mil trabalhadores fazem parte do programa. Em 2002, eles conquistaram o acesso ao crédito pelo Pronaf gerenciado pelo Banco do Brasil de Catende com o qual se desenvolveu parceria para garantir acesso amplo ao crédito e qualidade da sua aplicação.

A situação institucional da administração judicial dificultava o financiamento das atividades e a realização de projetos como, por exemplo, cursos de alfabetização ou de piscicultura para jovens devido ao fato de que a usina, como massa falida, não ter acesso a crédito. O processo falimentar é muito demorado de modo que os trabalhadores-credores somente receberam, até agora, uma pequena parte dos seus créditos trabalhistas. Por esse motivo, o objetivo do projeto sempre foi o de conseguir o acesso democrático dos trabalhadores aos 26 mil hectares de terra da usina Catende, seja pelo caminho jurídico, seja por meio da sua desapropriação. Em outubro de 2006, as terras da usina foram desapropriadas por três decretos presidenciais. Desde então, iniciou-se o processo de reforma agrária nos 48 engenhos da usina Catende. Para dar continuidade ao projeto coletivo, o Incra, junto com a diretoria da cooperativa, está desenvolvendo um modelo de reforma agrária adequado às condições e às necessidades do projeto Catende Harmonia. Os 48 engenhos são considerados como um único assentamento que se chama Assentamento Agroindustrial Governador Miguel Arraes em homenagem ao governador de Pernambuco que sempre dera respaldo ao projeto frente ao governo federal.

### A gestão na usina Catende

No tempo dos usineiros, antes da decretação da falência, a gestão da empresa se orientava por uma centralização familiar, baseada nas ações de cada acionista da sociedade anônima denominada Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro. Os trabalhadores estavam totalmente subordinados aos usineiros, cujo regime de controle e disciplina superava o espaço do trabalho. Além disso, sua atuação em organizações sindicais esteve restringida durante a ditadura militar, e, mesmo após o seu fim, os usineiros continuaram limitando-a.

O projeto Catende Harmonia tem por meta criar um sistema de gestão com participação dos trabalhadores e de suas organizações nas deliberações da empresa. Nos documentos da usina não é especificado de que forma e por meio de que órgãos deve-se concretizar essa participação. A pesquisa mostrou que a gestão da usina Catende tem, por um lado, caráter representativo e, por outro, participativo. A primeira característica se vê nos órgãos representativos dos trabalhadores: a diretoria, o conselho gestor e a cooperativa. Fundada em uma assembléia em novembro de 2005, a cooperativa tinha por finalidade adquirir adubo e máquinas para os agricultores familiares. Nesse momento também foi eleita a diretoria do projeto. Uma vez por ano reúne-se uma assembléia. A cada dois anos o conjunto de trabalhadores realiza eleições.

A diretoria é responsável pelo planejamento da produção, elabora propostas para compor um plano relativo a questões financeiras, de investimento e de projetos. Está formada pelo síndico da massa falida Marivaldo Silva de Andrade, os assessores do projeto Catende Harmonia, os funcionários da cooperativa, as educadoras responsáveis pelos projetos com jovens e a administradora dos chalés. Temas importantes são discutidos e pré-decididos apenas pela diretoria. O conselho gestor é constituído pela diretoria, pelos presidentes de associações, pelos técnicos, pelos encarregados da usina e da produção agrícola. *Oficialmente* essas reuniões são abertas

## Astrid Schäfers

a todos os membros do projeto, mas, em geral, só comparecem os convocados, pois existe uma lista de pessoas e instituições a serem chamadas, elaborada pela secretária da diretoria. No entanto, os não-convocados não participam por não se sentirem bem vindos: “Na reunião deles a gente não entra, não” (entrevista: trabalhador fichado, Canto Flor, 2007). Por outro lado, observa-se uma participação desigual das associações no conselho gestor:

Existe um grupo de gestores e as 48 associações. Tem umas que participam mais, outras menos. Tem associação que tem funcionário lá e sabe mais das coisas. Outras estão mais afastadas (entrevista: Ivanildo, presidente da associação de Pirangi, 2007).

Em janeiro de 2007, no final da safra, não havia mais recursos para pagar tanto os trabalhadores assalariados da usina e do campo como os agricultores familiares que fornecem cana-de-açúcar para a usina. Além disso, ainda estava pendente a entrega do açúcar à Comissão Nacional de Abastecimento (Conab), açúcar esse que já havia sido comprado antecipadamente. Essa questão foi discutida pela diretoria e elaboraram-se duas propostas. A primeira consistia em negociar com a Conab e pedir alongamento do prazo para a entrega do açúcar e pagar os salários em dia. A segunda proposta, que ganhou, foi a de entregar o açúcar para a Conab e pagar os salários com atraso. Essa proposta foi apresentada aos presidentes de associações e aos representantes dos operários junto ao conselho gestor. Ela incluía já a pré-decisão da diretoria; isso quer dizer que a discussão sobre as questões mais gerais, como planejamento da produção, projetos e investimentos, está reservada à diretoria, aos encarregados técnicos da usina e ao superintendente da produção agrícola, entre os quais ocorrem conversas e reuniões prévias.

O lado participativo da gestão (as reuniões do conselho gestor) se reduz muitas vezes à simples aprovação ou recusa de propostas elaboradas pela diretoria. Contudo, a função das reuniões vai além disso. Caso nas reuniões se manifeste muito protesto contra as propostas que a diretoria apresenta, estas são modificadas, principalmente depois de terem sido discutidas pelos presidentes

## **Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende**

das associações na base (na usina e nos engenhos). Os presidentes das associações são eleitos, anualmente, pelos moradores dos engenhos. Eles deveriam representar os interesses dos engenhos frente à diretoria e à cooperativa, mas, como alguns deles trabalham na cooperativa, não estão suficientemente presentes nos engenhos para defenderem tais interesses nos espaços de participação.

As estruturas de decisão e representação dos trabalhadores (diretoria, sindicatos, associações) geralmente são usadas para passar informações da diretoria ou da cooperativa às associações, aos engenhos e aos operários da usina, ou seja, de cima para baixo. Em relação à participação dos trabalhadores nas reuniões das associações, da usina e do conselho gestor, observou-se que os trabalhadores e agricultores familiares estão muito envolvidos na construção e na organização do projeto e se identificam muito mais com ele que os operários. Também deve-se levar em conta que foram os trabalhadores do campo que construíram o projeto. Ademais, a organização do trabalho do campo oferece mais autonomia.

O processo de produção nos engenhos ocorre de forma diferente, as pessoas que trabalham no campo estão mais conscientes do processo de produção e eles se apropriam mais facilmente deste; isto significa que para eles é mais fácil de alcançar o controle sobre o processo de produção (entrevista: Lima, 2004).

Essa autonomia e a possibilidade de expandir-se em termos econômicos, plantando a própria cana, aumentam o interesse dos trabalhadores do campo em participar das reuniões com a diretoria e se empenhar na melhoria das condições de produção, pois alguns trabalhadores assalariados do campo também plantam sua própria cana. Eles não dependem somente do salário e sua renda varia de acordo com a produção.

Eles têm acesso à terra e não vivem somente da venda da cana-de-açúcar, enquanto os trabalhadores assalariados só vivem do salário. Eles vivem do que a família produz. O processo de integração social é diferente (idem).

## **Astrid Schäfers**

Os agricultores foram à usina com mais frequência que os trabalhadores assalariados. Além disso, nas reuniões, o número de agricultores familiares superava o número de trabalhadores assalariados que eram os que menos participavam. Tampouco existe órgão de representação política para os operários. Eles são representados unicamente pelos funcionários técnicos da usina, os quais defendem os interesses da usina e se empenham na melhoria das suas instalações de produção e não cuidam dos interesses dos operários. Muitos safristas da usina e do campo não se atrevem a fazer críticas porque temem não serem contratados na próxima safra. Alguns deles, que haviam reclamado do atraso do salário com o encarregado do seu setor na usina, contaram que depois tiveram dificuldades.

Durante as reuniões do conselho gestor quase só falavam os assessores. Poucos trabalhadores se manifestavam e, quando o faziam, geralmente eram aqueles que tinham uma relação mais próxima com a diretoria. A influência da cultura de submissão ainda é forte:

Nunca foram de pensar, de falar o que acham. Era de dizer que acham não. Era sim-sim ou não-não. Então hoje, você quebrar isto, fazer com que eles pensem, com que eles falem, né, a gente tem as reuniões do conselho gestor e ainda precisa melhorar muito porque a maioria das pessoas não tem aquela coisa de falar. Eles estão acostumados a ouvir, a cumprir ordem (entrevista: Edilene, 2007).

A diferença de conhecimento entre os membros da diretoria, assim como entre os funcionários da usina e da cooperativa e os trabalhadores, tem muita importância para a participação. Os trabalhadores carecem de um conhecimento mais abstrato. Não conhecem a lei de falência, não dispõem de noções de contabilidade e também não possuem o costume de pensar a usina Catende numa perspectiva mais ampla. Por esse motivo, muitos trabalhadores não entendem os cálculos da diretoria ou não se sentem em condição de contrariar as propostas que

## **Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende**

ela apresenta. Resumindo: constatou-se que, além da falta de informações idênticas para todos os membros do projeto, não há transparência quanto às alternativas discutidas nas reuniões, que, como já mencionado, não são abertas a todos, assim como a gestão financeira da Usina, ou seja, todos os gastos (incluindo salários dos coordenadores, gastos com comida nos chalés, eventos etc.) não se disponibilizam abertamente.

As diferenças salariais têm por função manter aquelas diferenças de conhecimento. Os funcionários da cooperativa e da usina ganham R\$ 1.500,00, isto é, cinco vezes mais do que ganham os trabalhadores que cortam cana. O salário dos operários varia entre um salário mínimo (R\$ 360,00) e R\$ 500,00 (adicionando as horas-extras e os suplementos por trabalho noturno e pelo barulho). Os assessores ganham R\$ 3.000,00 e o salário do síndico ascende a R\$ 8.000,00, ou seja, este ganha 22 vezes o salário de um trabalhador do campo. Mesmo sendo a diferença de salário na usina Catende menor do que a de outras usinas da região, é suficiente para produzir a diferenciação de classes: tanto o salário dos trabalhadores do campo quando dos operários não lhes permitem pagar uma escola ou uma faculdade privada numa situação de educação pública insuficiente (na região não há nenhuma faculdade pública). Enquanto os funcionários da usina ou da cooperativa e seus filhos estudam em faculdades privadas, os trabalhadores ocupam-se na luta pela sobrevivência da família. Essa desigualdade representa a continuação de um sistema que hierarquiza trabalho manual e trabalho intelectual.

### **O “coletivo” e o “individual” no processo da reforma agrária**

A partir do final de janeiro de 2007, em vez do salário, que passou a ser pago com atraso, os trabalhadores e os agricultores familiares receberam somente uma cesta básica e R\$ 50,00 ou R\$ 100,00 por quinzena. Essa situação trouxe muita insatisfação. “Quanto ao trabalho, a situação aqui piorou para nós. Nós trabalhamos e não

## **Astrid Schäfers**

recebemos” (entrevista: Marcelo Luzio, 2007). No questionário da pesquisa, um operário escreveu que o seu sonho consistia em receber o salário em dia.

Muitos trabalhadores continuam insatisfeitos e não confiam na diretoria. Em 2004, os trabalhadores-credores receberam uma parte da indenização (R\$ 1.400,00). Como a usina não possuía capital de giro, a diretoria propôs que eles renunciassem a R\$ 400,00 daquela quantia. A soma dos valores de que abrissem mão seria aplicada na compra de caminhões. “É provável que eles comeram o dinheiro”, diz Ronaldo, morador do engenho Cana Brava (entrevista, 2007). “Esse dinheiro foi gasto para pagar salários”, explica Ivanildo, presidente da associação Pirangi (entrevista, 2007). Uma parte considerável dos agricultores familiares achava que o dinheiro que o projeto recebeu do governo federal sempre ficava na usina e não os beneficiava. Sem confiar na cooperativa, eles acham que os membros da diretoria se aproveitam do financiamento.

Eu achava que uma cooperativa vem ser para o bem da gente. A gente pagava à cooperativa e a gente, quando precisar dela, tem uma semente, tem um adubo, o que tiver. Mas a cooperativa que a gente paga, de Catende, a gente paga e fica para eles mesmos lá em Catende (entrevista: Trabalhador de engenho Cana Brava, 2007).

Devido a outras experiências negativas, muitos trabalhadores e agricultores familiares acreditam que, numa cooperativa, alguns sempre enriquecem em prejuízo de outros. A desconfiança em relação à diretoria também tem a ver com a desinformação, pois alguns engenhos estão muito distantes da cidade de Catende onde se encontram a sede da usina e a da cooperativa. Na época de chuva é quase impossível ir até esses engenhos, já que, com a lama dos caminhos, os moradores não chegam às reuniões nas quais fluem as discussões e as informações novas. Por outro lado, a diretoria tampouco especifica as contas e a despesas da gestão (por exemplo, os gastos dos chalés onde os engenheiros moram e comem de graça). Os assessores do projeto apenas explicam a quantidade de açúcar

## **Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende**

produzida e as contas que a usina ainda tem para pagar.

Nos meses posteriores à desapropriação das terras começou um conflito em torno da ajuda que a reforma agrária propiciou aos agricultores para garantir-lhes a segurança alimentar e a compra de máquinas e equipamentos (Incrá, 2007). A cooperativa propôs que se destinasse 50% desse fomento às famílias dos agricultores familiares e que se usasse os outros 50% em investimentos.

Os trabalhadores moram em casas da usina sem ter que pagar aluguel. A usina põe caminhões e máquinas à disposição dos agricultores familiares. A situação deles não é comparável com a dos sem-terra, que não têm nada quando recebem a terra (entrevista: Lima 2007).

Essa proposta recebeu muita crítica de vários agricultores que queriam que todo o fomento lhes fosse entregue. O Incra finalmente informou que haveria uma parte destinada ao coletivo (para a cooperativa) e outra atribuída a cada família.

Quanto à reforma agrária, a diretoria que está negociando com o Incra defende a posição de que as terras não devem ser divididas a fim de que se garanta a sobrevivência da usina:

As negociações da coordenação do Projeto Catende com o governo federal para realização da reforma agrária vislumbram alguns critérios básicos, isto é, realizar uma intervenção fundiária sem quebrar o ciclo produtivo, respeitando a ocupação do solo existente entre morador e “usina” e, por último, a garantia da unidade fábrica e campo, aperfeiçoando o modelo de autogestão em andamento. Ora, partindo da raiz da luta pelos direitos que nos mantem vivos nesse 13 anos, nosso modelo de assentamento contempla agricultura familiar e agricultura coletiva (idem).

No entanto, a insatisfação chegou a um ponto tal que levou os moradores de alguns engenhos a quererem tornar-se independentes, adquirindo a propriedade individual das terras que trabalhavam: “Eu quero ser individual. É melhor dividir para cada um ter seu tiquinho de terra para poder trabalhar e se virar” (entrevista:

## Astrid Schäfers

Trabalhador e agricultor familiar do engenho Monte Alegre, 2006). Este trabalhador associa liberdade com o termo “individual”, quer ser independente e não mais depender do coletivo e vender para a usina. Muitos agricultores familiares (alguns deles também são trabalhadores assalariados) mostram-se cansados com a difícil situação financeira e não desejam se manter dependentes do coletivo.

A gente apóia quem quer ficar coletivo com a usina. Mas por que, se existe o coletivo, por que não pode existir o individual? Se tem uma pequena parte que está querendo cada um a sua terra, por que, se a gente respeita o direito deles, eles não podem respeitar o direito da gente? (entrevista: Jane, agricultora familiar, 2007).

Quando está em dificuldade financeira, a usina paga os agricultores familiares com vários meses de atraso. Além disso, eles ainda são obrigados a vender para a usina por terem assinado a sua adesão ao programa Cana de Morador:

A gente ia vender para a usina até o ponto que ela pagasse. Esse compromisso agora com o coletivo você tem que colocar porque você assinou. Você tem um contrato com a usina, mesmo ela não pagando você tem de botar para ela. Eu acho isso uma injustiça porque, já que ela não está pagando, a gente não botaria. Porque assim tem muito dinheiro. A gente aqui não tem noção do que acontece lá. Eu acho assim: se eles investissem melhor o dinheiro daria para pagar. E porque eles, no final do ano vão somar, eles só somam as dívidas. Eles nunca somam o lucro (idem).

Em alguns engenhos existem duas associações: uma que se mantém a favor do projeto do Assentamento Agroindustrial Governador Miguel Arraes e outra que se aproximou do MST. No tempo do conflito, nos anos da falência, o MST começou a defender os agricultores familiares que queriam adquirir a propriedade da terra de forma individual em contraposição ao modelo coletivo. “Nosso objetivo é desfazer os laços que a usina nos impõe”, disse o dirigente do MST, Jaime Amorim, numa assembléia organizada pelo MST na região da Mata Sul para convencer os agricultores familiares de que

## **Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende**

o melhor seria conseguir o seu pedaço de terra. Alguns trabalhadores se sentem representados pelo MST que, ao contrário deles, conhece o procedimento da reforma agrária, a situação jurídica e os direitos de assentados. O MST é contra a plantação de cana-de-açúcar porque esta favorece o regime da grande propriedade. Os trabalhadores da Catende, no entanto, somente sabem plantar cana e é com ela que conseguem renda superior à que obteriam vendendo macaxeira no mercado.

Pensar um modelo de reforma agrária individual parece difícil pois existe pouca terra para as 4.300 famílias. A usina Catende tem 26.000 hectares, mas o espaço de plantio é de 24.000 hectares uma vez que o Ibama exige que uma área fique sem cultivo. Caso esses 24.000 hectares fossem divididos, cada família receberia apenas cinco hectares de terra.

A reforma agrária individualmente aqui, ela é um suicídio. Do ponto de vista político-ideológico eu levantaria outros aspectos. Estou falando do ponto de vista produtivo e econômico, ela é um suicídio. E mais: ela iria reproduzir a reforma agrária individual, ela iria reproduzir o que os assentamentos agrários estão reproduzindo em toda a Zona da Mata: trabalho precário, trabalho clandestino, trabalho de criança, ia reproduzir por aí (entrevista, Lenivaldo, 2007).

Levando em conta a pequena experiência dos trabalhadores com a gestão de um empreendimento, o tamanho da terra que ficaria com cada família e a dependência dos pequenos agricultores em relação aos atravessadores, a divisão das terras da usina Catende parece oferecer um cenário bem menos viável.

## **Considerações finais**

O caminho rumo a uma gestão democrática numa região ainda com marcas da escravidão e com forte dependência de seus trabalhadores rurais em relação aos senhores de engenho e aos usineiros certamente será longo. O costume da subserviência continua arraigado na sociedade daquela região nordestina.

Os trabalhadores da usina Catende estão acostumados a se dobrar aos poderes constituídos e a evitar conflitos. Muitos deles não exigem serem informados e, com isso, não criticam às práticas não-solidárias ou não igualitárias de organização do processo de tomada de decisão. A diferença de conhecimento entre os trabalhadores e agricultores familiares faz com que, com freqüência, eles não se atrevam, por exemplo, a exigir poder falar durante as reuniões o mesmo tempo de que dispõem os membros da diretoria. Mas este tipo de comportamento submisso é bem menos freqüente na geração dos jovens entre 16 e 25 anos que estão se integrando ao projeto a partir de cursos de formação (por exemplo, piscicultura) e são organizados pela associação dos jovens Puama.<sup>4</sup> Esses jovens necessitam de uma ampla formação em escolas e faculdades que os ensinem a ser críticos e a aplicar o conhecimento no seu cotidiano. Por essa razão, seria importante aumentar os salários dos trabalhadores assalariados e diminuir os dos funcionários da usina, da cooperativa, dos assessores do projeto, bem como a remuneração do síndico. Trata-se de reduzir as desigualdades oriundas da diferenciação de classe.

Tal medida poderia aumentar a confiança dos trabalhadores e dos agricultores familiares nos assessores do projeto. A igualdade é fundamental para manter o projeto coletivo do Assentamento Agroindustrial Governador Arraes. A tentativa de alguns moradores de engenhos de se libertar dos laços com a usina e de adquirir seu lote individual de terra pode ser entendida como uma forma de protesto. Nesse sentido, as críticas desses moradores deveriam ser discutidas de forma igualitária no conselho gestor.

## **Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende**

A situação econômica da usina Catende é marcada pela incapacidade de competir no país (por exemplo, com as usinas de São Paulo) e no mercado internacional. Uma das razões certamente é o clima e a impossibilidade de usar máquinas por conta da estrutura íngreme da paisagem na Mata Sul de Pernambuco. Passa (2002) argumenta que uma empresa autogerida tem clara limitação para acumular capital devido às relações democráticas que reduzem a velocidade das decisões e aos limites impostos à livre disposição de mão-de-obra (os trabalhadores não podem ser simplesmente demitidos). É verdade que as discussões reduzem a agilidade das decisões no projeto Catende Harmonia. Além disso, a situação falimentar da usina e a necessidade de se modernizar o complexo agroindustrial dificultam a produção e, assim, o rendimento. No entanto, a pesquisa aqui relatada sobre a gestão do complexo agroindustrial da usina Catende mostrou que os condicionantes econômicos e a necessidade de aumentar a produtividade para garantir renda às 4.300 famílias deixam pouco espaço para que se revise a estrutura democrática do projeto. Todavia, uma revisão da estrutura democrática e dos mecanismos de tomada de decisão é indispensável para que se crie um sistema de acesso igualitário à informação e à participação.

### **Referências bibliográficas**

- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 7a. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ANTEAG-Projeto Catende Harmonia. Plano de gestão e de sustentabilidade autogestionária para a usina Catende-Projeto Harmonia, Catende, 2005.
- DAHL, Robert A. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- DÉ CARLI, Gileno. O processo histórico da usina em Pernambuco. Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.
- EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança. Campinas: Unicamp, 1977.
- EISENBERG, Gerd. Ohne Eigentümer geht es besser. Eine von der Gewrkschaft verwaltete Zuckerfabrik im Nordosten Brasiliens. In: ILA 255, Bonn, 2002.

## Astrid Schäfers

- ESTEVES, Egeu. Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. São Paulo: Faculdade de Psicologia da USP, 2004.
- FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: Souza, André Ricardo; SINGER, Paul. A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.
- JOHODA, Marie, Deuttsch, Morton, Cook, Stuart W. e Sellitz, Claire (orgs.). Research Methods in Social relations. New York: Henry Holt and Company, 1967.
- JOYEUX, Maurice. Autogestão, gestão direta, gestão operária (título original em francês: Autogestion, gestion directe, gestion ouvrière). Brasília: Ática/Unb, 1988.
- L'ESTOILE, Benoît de. Ocupações de terra e transformações sociais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LIMA, Jacob Carlos. As artimanhas da flexibilização. O trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- LIMA, Lenivaldo Marques da Silva. Reforma agrária no projeto Catende Harmonia, Catende, 2006.
- MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos noventa. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e o “covo cooperativismo”. Brasília: SENAES, 2004.
- \_\_\_\_\_. Do beco dos sapos aos canais de Catende. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Brasília: SENAES, 2005.
- OBERREUTER, Heinrich. Wahrheit statt Mehrheit? An den Grenzen der parlamentarischen Demokratie. München: Olzog, 1986.
- ODA, Nilson Tadashi. Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2001.
- OWEN, Robert. Das Soziale System. Ausgewählte Schriften. Leipzig: Phillip Reclam, 1988.
- PIRES, Silvia; Lins, Maria Luiza (org.). Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro. UNIRCOOP Américas. Recife: Bagaço, 2004.
- PASSA, Henrique Zoquei Martins. Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sociopolítica da economia. São

## **Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende**

Paulo: FFLCH-USP, 2002.

POCHMANN, Márcio. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2004.

POLANYI, Karl. The Great Transformation. 1ª ed. Baden-Baden: Suhrkamp, 1978.

PROUDHON, P. J. De la capacité politique des classes ouvrières. Paris: Marcel Rivière, 1924.

\_\_\_\_\_. A propriedade é um robô. Porto Alegre: L&M, 2000.

RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RESENDE, P. E. A. (coordenador); Passetti, Edson: Proudhon. 1ª. ed. São Paulo: Ática, 1986. V.1.

SANTOS, José Luis dos. O que é cultura. 11ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIGUAD, Lygia: Greve nos engenhos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SINGER, Paul: Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. A economia solidária no Brasil A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

TANILE, RODRIGUES, VILUTIS e FARIA. Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas. Brasília: Convênio TEMIPEA-ANPEC, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e propriedade fundiária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

### Internet

Catende: [www.catendeharmonia.com.br/historia.htm](http://www.catendeharmonia.com.br/historia.htm), 24 de maio de 2007.

INCRA-PRONERA: [www.incra.gov.br/PRONERA](http://www.incra.gov.br/PRONERA), 24 de maio de 2007.

OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), 4 de março de 2007: [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br).

### Entrevistas

Edilene, assessora da associação de Jovens Puama, 18 de janeiro de 2007, Catende.

Evanildo, presidente da associação Tombador, 8 de novembro de 2004, Catende.

## Astrid Schäfers

Ivanildo. presidente da associação Pirangi, 1º de março de 2007, Catende.

Jane, agricultora familiar e presidente da associação de Cana Brava em favor da reforma agrária de forma individual, 28 de fevereiro de 2007, Catende.

Liberato, Arnaldo, assessor do projeto Catende Harmonia, 17 de janeiro de 2007, Catende.

Lima, Lenivaldo Marques da Silva, assessor do projeto Catende Harmonia, 11 de novembro de 2004, Recife.

\_\_\_\_. Entrevista em 20 de março de 2007, Catende.

Marcelo Lucio, trabalhador fichado do engenho Canto Flor, 24 de janeiro de 2007, Catende. Paiva, Ana Beatriz Macieira Ribeiro de, advogada da massa falida da usina Catende, 23 de janeiro de 2007, Recife. Ronaldo, agricultor familiar do engenho Cana Brava, 28 de fevereiro de 2007.

Trabalhador e agricultor familiar do engenho Catende, 22 de fevereiro 2007.

Trabalhador e agricultor familiar do engenho Monte Alegre, 22 de novembro de 2006, Monte Alegre.

Trabalhador do engenho Cana Brava, 28 de fevereiro de 2007.

Trabalhador fichado do engenho Canto Flor, 24 de janeiro de 2007.

## Notas

<sup>1</sup>As oito normas que Dahl estabelece são as condições necessárias “e suficientes para maximizar a democracia no mundo real” (Dahl, 1989: 68). Essas normas são regras que regulam a votação de uma organização “democrática”. Elas incluem o princípio da maioria simples, ou seja, se trata de uma democracia majoritária. Esse princípio é questionável se se considera a crítica da ditadura da maioria (Oberreuter 1986) e o próprio Dahl reconhece o seu limite: “... quanto mais um grupo se aproximar de uma divisão igual, menos válido se torna o princípio da maioria” (Dahl, 1989: 46), mesmo se de forma insuficiente. Segundo outra norma, relativa à transparência, todos os membros de uma organização devem possuir informações idênticas sobre as alternativas (idem: 73).

<sup>2</sup> O autor se refere à Comuna de Paris que os trabalhadores franceses organizaram em 1871, celebrada por Karl Marx na época por crônicas e textos curtos.

<sup>3</sup> Desde os anos 1980, foram fechadas na Zona da Mata 18 usinas e os trabalhadores ficaram sem indenização. Cf. Lenivaldo, um dos coordenadores do projeto, in: Eisenberger, 1977: 22).

<sup>4</sup> Puama significa, na linguagem indígena, “rosa que nasce das pedras”.

SCHÄFERS, Astrid. Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2007, vol. 15 no. 1, p. 62-88. ISSN 1413-0580.

**Resumo.** (*Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende*). Este artigo reflete o processo de participação no projeto Catende Harmonia, desenvolvido por líderes dos sindicatos rurais e militantes políticos a partir da falência da usina pernambucana de açúcar em 1993. Analisando as observações feitas durante pesquisa empírica, identificaram-se os limites e as possibilidades para uma gestão democrática. Além disso, procurou-se analisar o significado de “individual” e “coletivo” nos conflitos que surgiram a partir da reforma agrária.

**Palavras-chave:** economia solidária, gestão democrática, reforma agrária.

**Abstract.** (*Agrarian Reform and Solidary Economy: a study about Catende farm*). This article discusses the process of participation in the project called *Catende Harmonia* that has been developed by rural labor unions and political activists since the bankruptcy of the Catende sugar factory in Pernambuco (Northeastern Brazil) in 1993. The observations made during the investigation are analyzed in the context of the limits and possibilities of democratic management. Furthermore, the paper examines the meaning of “individual” and “collective” in the conflicts arising from the land reform process.

**Keys words:** solidary economy, democratic management and the land reform.